Publicado na Folha de S.Paulo em 19/05/2022.

Fundação Dorina Nowill Para Cegos

CNPJ 60.507.100/0001-30

Relatório da Administração O déficit antes do resultado financeiro de R$ 114.472 apresentado pela Fundação Dorina em 31 de dezembro de 2021 foi influenciado pelas principais despesas não recorrentes ao longo do exercício: R$ 341.403 -> Gastos relacionados com manutenção de sistemas e utilização de plataformas de terceiros; R$ 75.332 -> Despesas com estruturação de cursos à distância; R$ 55.648 -> Gastos para implantação/adequação da política de LGPD e execução de regimentos internos (conselho fiscal, comitê do legado e comitê do planejamento estratégico e conselho curador); Todas as despesas foram aprovadas em Conselho. Sem os efeitos dessas despesas não recorrentes, o resultado da Fundação seria superávit de R$ 358.911.

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2021	2020 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas recursos próprios	5(a)	29.262.989	28.535.093
Caixa e equivalentes de caixas recursos restritos	5(b)	7.463.026	8.445.739
Clientes	6	401.100	240.973
Estoques	7	784.951	1.337.805
Despesas antecipadas	8	100.942	49.922
Outros créditos	9	254.364	289.253
		38.267.372	**38.898.785**
Não circulante			
Conta corrente de longo prazo	5(b)	-	11.200
Depósitos judiciais	12	24.351	24.351
Outros créditos	9 (i)	193.376	216.324
Imobilizado	10	3.805.669	3.635.502
Intangível	11	274.902	321.210
Bens em comodato		29.120	29.120
		4.327.418	**4.237.707**
Total do ativo		**42.594.790**	**43.136.492**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020 Reapresentado
Circulante			
Fornecedores		646.783	594.980
Salários e encargos sociais		585.155	528.298
Provisões de férias e encargos	4(h)	763.181	566.159
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	15	7.463.026	8.456.939
Projetos próprios a realizar	16	1.704.007	2.383.127
		11.162.152	**12.529.503**
Não circulante			
Receitas diferidas		1.375	2.125
Provisão para demandas judiciais	12	1.130.013	1.130.264
Bens em comodato		29.120	29.120
		1.160.508	**1.161.509**
Patrimônio líquido	**13**	**29.445.480**	**9.152.104**
Superávit / (Déficit) do exercício	14	826.650	20.293.376
		30.272.130	**29.445.480**
Total do passivo e patrimônio líquido		**42.594.790**	**43.136.492**

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Fluxos das Atividades Operacionais	2021	2020
Superávit / (Déficit) do exercício	826.650	20.293.376
Ajustado por:		
Depreciações e amortizações	998.731	708.982
Reversão / Provisão para contingências trabalhistas	(251)	1.041.325
Provisão para obsolescência dos estoques	(33.022)	11.256
Superávit / (Déficit) do período ajustado	**1.792.108**	**22.054.939**
Variação dos ativos		
Clientes	(160.127)	256.997
Estoques	585.876	(924.160)
Despesas antecipadas	(51.020)	215.093
Outros créditos	57.837	169.434
Variação dos passivos		
Fornecedores	51.803	(59.529)
Salários e encargos sociais	56.857	(16.968)
Provisões de férias e encargos	197.022	(137.314)
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	(993.913)	2.064.726
Projetos próprios a realizar	(679.120)	1.897.001
Provisão para demanas judiciais	-	(63.324)
Outros débitos	(750)	(750)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	**856.573**	**25.456.145**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.124.247)	(877.238)
Baixa de imobilizado e intangível	1.657	35.147
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos	**(1.122.590)**	**(842.091)**
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	**(266.017)**	**24.614.054**
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	36.992.032	12.377.978
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	36.726.015	36.992.032
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	**(266.017)**	**24.614.054**

Demonstração do Resultado do Período

Receitas operacionais	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Com restrição			
Lei rouanet, Proac e Convênios	15	3.296.115	2.335.346
Projetos patrocinados	16	1.014.630	1.195.861
		4.310.745	3.531.207
Sem restrição			
Doações e campanhas	17	6.853.284	24.252.914
Venda de bens e serviços	18	5.537.860	6.290.788
Outras receitas		200.027	174.750
Isenções e renuncia fiscal	19	2.703.243	9.625.848
Trabalho voluntário	20	398.478	581.700
Gratuidades recebidas	21	684.447	1.916.253
		16.377.339	**42.842.253**
Total das receitas		**20.688.084**	**46.373.460**
Despesas operacionais			
Com restrição			
Execução de convênios	15	(3.296.115)	(2.335.346)
Desp com projetos patrocinados	16	(1.014.630)	(1.195.861)
		(4.310.745)	**(3.531.207)**
em restrição			
Pessoal, encargos e benefícios	24 a	(8.693.072)	(7.916.482)
Despesas administrativas	24 b	(2.961.985)	(2.058.664)
Contrapartida de uso de imóvel	23	(29.774)	(17.418)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.020.812)	(708.982)
Isenções e renuncia fiscal	19	(2.703.243)	(9.625.848)
Trabalho voluntário	20	(398.478)	(581.700)
Contrapartida gratuidades recebidas		(684.447)	(1.916.253)
Total do grupo		**(16.491.811)**	**(22.825.347)**
Total das despesas		**(20.802.556)**	**(26.356.554)**
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		**(114.472)**	**20.016.906**
Resultado financeiro	25	941.122	276.470
Superávit/(Déficit) do exercício		**826.650**	**20.293.376**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido

	Patrimônio Social	Superávit Déficit	Totais
Saldos em 31/12/2020	**9.152.104**	**20.293.376**	**29.445.480**
Incorporação ao patrimônio social	20.293.376	(20.293.376)	-
Superávit do exercício	-	826.650	**826.650**
Saldos em 31/12/2021	**29.445.480**	**826.650**	**30.272.130**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11 de março de 1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos. inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30. A Fundação possui os seguintes certificados: Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15 de fevereiro de 1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69; Portadora de CEBAS conforme Portaria nº203/2017, item 33 de 28 de dezembro de 2017, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2017, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020. Na data de 28/12/2020 foi publicado o deferimento referente a renovação de protocolo 235874.0011026/2020 via Portaria Nº 164, com vigência de 01/01/2021 até 31/12/2023. De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados. **1.2. Efeitos do Covid** Em meados de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde - OMS decreta estado de pandemia decorrente do coronavírus. Foram tomadas diversas medidas para conter o contágio que afetaram diretamente a atividade econômica global. Como o resto do mundo, o País está sofrendo as consequências dos desdobramentos da pandemia do COVID-19. Isso afeta toda a cadeia econômica, incluindo as atividades da Entidade. Com o estado pandêmico ainda em vigor em 2021, a Fundação manteve suas medidas visando a segurança de todos os colaboradores, clientes, voluntários, parceiros e fornecedores em nossa sede, dentre elas: Mantivemos o trabalho híbrido; Mantivemos as campanhas publicitárias internas orientativas aos colaboradores; Mantivemos as adequações dos ambientes internos visando o distanciamento social; Mantivemos os protocolos específicos para atendimento ao cliente. **2. Apresentação das Demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade** As Demonstrações contábeis de 2021 da Fundação seguem s a Lei n° 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações contábeis. As Demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas financeiras adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações contábeis e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das Demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013. **b) Base de mensuração** As Demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação** As Demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das Demonstrações contábeis de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 6 - Clientes - PECLD Nota 10 e 11 - Imobilizado e Intangível - revisão da vida útil e recuperação de imobilizado e intangível Nota 12 - Provisões para demandas judiciais A emissão das Demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração e Conselho curador em 19 de abril de 2022. **e) Reapresentação das informações do exercício de 2020** O ativo do Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 foi reapresentado devido a reclassificação de saldos do circulante para o não circulante (nota 9. Outros créditos). A Demonstração do resultado do exercício foi reapresentada devido a reclassificação de saldos da linha do grupo de receitas. Maiores detalhes na nota 17. Doações e campanhas. **3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na ECD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil. **4. Principais práticas financeiras adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **c) Ativos circulantes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída pela Administração quando há necessidade de suprir eventuais perdas na realização dos créditos **d) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **e) Imobilizado e intangível:** Se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A Administração da Fundação entende que a taxa fiscal utilizada pela Receita Federal reflete a vida útil dos bens existentes na Fundação. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **g) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **h) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **i) Receitas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. **Doações** As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade. **Subvenção e assistência governamentais** As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e a Fundação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício. **Venda de bens e serviços** A receita de venda de bens e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização. **Receitas com trabalhos voluntários** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. **j) Estimativas financeiras:** A elaboração das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de estimativas financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **i) Demonstração do Fluxo de caixa:** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, e de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13. **m) Recursos com restrição:** As contas identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos, à realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12. **4.1. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020** A Fundação não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Novos pronunciamentos, interpretações e alterações** A Fundação não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

a) Recursos sem restrições:	**2021**	**2020**
Caixa	535	26.221
Banco conta movimento	27.014	55.976
Aplicações financeiras (i)	29.235.440	28.452.896
	29.262.989	**28.535.093**
b) Recursos com restrições	**2021**	**2020**
Banco conta movimento	4.613	1.229.352
Aplicações financeiras (i)	7.458.413	7.216.387
	7.463.026	**8.445.739**
Não circulante		
Banco conta movimento não circulante (ii)	-	11.200

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.(ii) Em 31 de dezembro de 2021, não mais há saldo em conta corrente referente a projetos encerrados em períodos anteriores sem data prévia para devolução.

	2021	**2020**
C/C BLQ 20.562-1 PRONAC 105.106	-	6.700
C/C BLQ 26.374-5 PRONAC	-	1.000
C/C BLQ 26.745-7 PRONAC	13	3.500
	-	**11.200**

6. Clientes a receber: Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados em curto prazo.

	2021	**2020**
Outlet a receber	16.279	8.095
Mantenedores a receber	8.600	0
Clientes a Receber	420.581	277.137
(-) Provisão estimada de crédito com liquidação duvidosa	(44.360)	(44.259)
	401.100	**240.973**

	Outlet	**Clientes**	**Mantenedores**	**Total**
A vencer	16.279	368.059	-	384.338
Vencidos 0 a 30	-	8.162	8.600	16.762
Vencidos 61 a 90	-	9.160	-	9.160
Vencidos 180 a 360	-	35.200	-	35.200
	16.279	**420.581**	**8.600**	**445.460**

7. Estoques:	**2021**	**2020**
Matéria prima	131.352	109.450
Material para revenda	26.111	108.313
Outlet	11.348	45.833
Estoque em poder de terceiros	667.977	1.159.067
Provisão para obsolescência	(51.837)	(84.858)
	784.951	**1.337.805**

8. Despesas antecipadas:	**2021**	**2020**
Adiantamento MODERNA	62.942	266.246
Adiantamento Teamwork	38.000	-
	100.942	**266.246**

9. Outros créditos:	**2021**	**2020 (Reapresentado)**
Adiantamento de pessoal	192.573	56.319
Adiantamento de fornecedores	27.985	15.875
Adiantamento de convênio médico	31.218	-
Imposto a recuperar IPI / IRRF (i)	193.376	216.324
Outros contas a receber	2.588	735
Total	**447.740**	**289.253**
Circulante	**254.364**	**72.929**
Não circulante	**193.376**	**216.324**

(i) O assessor legal que cuida do processo relacionado ao IRRF atualizou o saldo e a diferença foi ajustada para o resultado de 2021 e o saldo total de R$ 193.376 foi transferido para o Ativo Não Circulante em 2021 e o montante de 2020 também foi reclassificado e reapresentado.

10. Imobilizado:

	Taxa a.a.	2020 Saldo líquido	Adições	Baixas	Depreciação	2021 Saldo líquido
Imóveis	4%	387.462	535.484	-	(225.948)	696.998
Móveis e utensílios	10%	144.785	2.499	-	(34.161)	113.123
Máquinas e equipamentos	10%	1.249.325	493.074	-	(361.063)	1.381.336
Matrizes	10%	315.786	-	-	(60.238)	255.548
Benfeitorias	4%	359.618	-	-	-	359.618
Biblioteca	10%	830.173	-	-	(173.024)	657.149
Equipamentos de informática	20%	195.757	93.190	(1.657)	(75.369)	211.921
Instalações	10%	25.096	-	-	(22.620)	2.476
Centro de memórias	4%	127.500	-	-	-	127.500
		3.635.502	**1.124.247**	**(1.657)**	**(952.423)**	**3.805.669**

11. Intangível:

	Taxa a.a.	2020 Saldo líquido	Adições	Baixas	Depreciação	2021 Saldo líquido
Software e programas	20	321.210	-	-	(46.308)	274.902
		321.210	-	-	**(46.308)**	**274.902**

12. Provisão para demandas judiciais

	Trabalhistas (i)	**Cíveis (ii)**	**Totais**
Saldo em 31/12/2020	**89.617**	**1.040.647**	**1.130.264**
Adições	-	-	-
Pagamentos	-	-	-
Reversões	(251)	-	(251)
Atualização monetária	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	**89.366**	**1.040.647**	**1.130.013**

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração e apoio de seus assessores legais. (i) A Entidade possui processos de reclamação de estabilidade provisória. O saldo mantido em depósitos judiciais em 31 de dezembro 2021 é de R$ 24.351 (31 de dezembro de 2020 era de R$ 24.351). (ii) A Fundação foi solicitada a prestar contas de projetos executados no passado (12 anos atrás). Parte desses processos foi classificado como perda provável pelos assessores legais. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço** Em 31 de dezembro de 2021 a Fundação não é mais parte em processos trabalhistas com probabilidade de perda classificados pelos assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2020 a Fundação era parte nesses processos no montante de R$ 38.889,99. **13. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. **14. Resultado do período:** O superávit do exercício, em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 item 15, será incorporado ao Patrimônio Social. **15. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar:** Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10. **a) Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD):** Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 1% se pessoa jurídica e 6% pessoa física na declaração em modelo completo. **Acervo Literário para jovens** O projeto tem como objetivo ampliar as possibilidades de acesso de adolescentes com deficiência visual a educação e cultura por meio da ampliação do acervo acessível da Biblioteca Online da Fundação Dorina, que é composta por mais de 4 mil títulos nos formatos acessíveis: Braille, Falado (áudio MP3) e Digital Acessível DAISY e EPUB-3. Para isso, foram editados 50 títulos em formato Falado de literatura - incluindo infanto-juvenis, literatura pré-vestibular, clássicos nacionais, internacionais e best-sellers. **Brincar sem Fronteiras: Coleção de jogos recreativos e inclusivos.** O projeto visa proporcionar que o aprendizado e o brincar de crianças e adolescentes com ou sem deficiência visual sejam inclusivos, por meio da produção e distribuição de 3 kits diferentes para 1.000 escolas dos ensinos: infantil, fundamental e médio, do município de São Paulo, totalizando 21.000 kits de jogos como: tabuleiros, dedoches, cartas, histórias em quadrinhos, entre outros totalmente inclusivos nos formatos acessíveis tinta-braille, áudio e digital. Como ação complementar, o projeto prevê 10 capacitações para 300 professores da rede pública do município de São Paulo sobre a utilização dos materiais e importância da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual na escola. **b) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Do Adolescente (CONDECA)** Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 1% se pessoa jurídica e 6% pessoa física na declaração em modelo completo. Oficinas de capacitação para professores - Recursos fundamentais para a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual - Processo Seds: 1770645/2019 O projeto tem como objetivo subsidiar teórico e metodologicamente, orientar e instrumentalizar 300 professores da rede pública de ensino, no atendimento ao educando com deficiência visual em sala de aula, por intermédio de oficinas práticas, promovendo condições para que o processo de inclusão escolar ocorra de maneira mais adequada e com maior sucesso. **c) Lei Rouanet: Programa Nacional de Apoio À Cultura (PRONAC)** Pronac 177031: Cultivando a Leitura Pronac 184605 - Leitura em todos os cantos Pronac 193330 - Coleção Dorinha pelo Brasil - Inclusão sem barreiras Pronac 204759 - Ler para Ser - Literatura como cidadania Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 4%, sobre o valor devido no caso de pessoa jurídica e 6% no caso da pessoa física na declaração em modelo completo. O projeto de captação, através deste incentivo (IR), tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braille/falado/digital) de títulos exigidos em vestibulares, valorização cultural, lazer e outros. Os projetos patrocinados têm proporcionado as pessoas com deficiência visual mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados. **d) Programa Nacional de Apoio À Atenção da Saúde da Pessoa Com Deficiência (PRONAS/PCD):** Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução de até 1% do imposto de renda devido. Empregabilidade para pessoas com deficiência visual. O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional de cerca de 270 jovens e adultos com deficiência visual e minimizar o cenário de exclusão desse público do mundo do trabalho. O programa de empregabilidade tem a proposta de oferecer cursos livres preparatórios para inclusão profissional, sem validade de curso profissionalizante, contemplando vários momentos cruciais de sua vida - desde a fase da descoberta de suas habilidades, autoconhecimento, percepção de si, fortalecimento pessoal até a sua colocação ou recolocação profissional. O desenvolvimento proposto será através de atendimentos individuais, grupos/ oficinas temáticas e cursos de capacitação. **e) Programa de Ação Cultural - PROAC** Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador a dedução de até 3% do valor devido do ICMS. Conta um Conto - Contação de histórias para professores O projeto tem como objetivo promover a Cultura Popular Brasileira, incentivando a imaginação e a ludicidade de crianças com idades dentre 03 a 06 anos, com e sem deficiência visual, por meio de um conjunto de 12 histórias contadas, que serão gravadas e reproduzidas e distribuídas em um CD com 2.000 exemplares para 1.000 organizações (bibliotecas, escolas públicas e organizações sociais) localizadas no Estado de São Paulo. Adicionalmente, em 10 cidades do estado, o projeto contribuirá com a formação de 300 profissionais (professores, bibliotecários, agentes comunitários, arte-educadores, etc.), envolvidos com o público infantil, com o objetivo de instrumentalizá-los, para que possam conhecer técnicas, narrativas de tradição oral, formatos, voz, corpo, elementos cênicos e escolha de repertório, acessibilidade para crianças com deficiência visual que envolvam a contação de histórias. **F) Emenda Parlamentar** Podcast Dorina: Informação para Inclusão O projeto tem como objetivo desenvolver 10 (dez) podcasts, (arquivo digital de áudio), que ficarão disponíveis em plataformas gratuitas na internet, por tempo indeterminado, com a função de oferecer informação, sensibilização e orientação aos professores sobre os temas relacionados às questões educacionais dos alunos com deficiência visual. **Observação 01:** No caso de pessoa física que efetuar a declaração em modelo completo, poderá destinar o total de 6% do imposto de renda devido, sendo possível distribuir esta porcentagem entre: Lei Rouanet, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente não podendo exceder este respectivo limite. **Observação 02:** No caso de pessoa jurídica que efetuar patrocínio para os projetos incentivados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a dedução de 1% prevista deve ser distribuída entre os órgãos respeitando a respectiva alíquota.

	Saldo em 31/12/2020	**Repasse**	**Gastos**	**Devolução**	**Saldo em 31/12/2021**
PRONAC 19 - Coleção Dorina pelo Brasil	2.508.995	17.279	(710.767)	(816.360)	999.147
PRONAC / MECENATO	1.958.366	1.446.621	(800)	-	3.404.187
PRONAC 18	1.789.076	355.846	(1.611.956)	(343.816)	189.150
PRONAC 16 e 17	689.806	25.464	(30.305)	-	684.965
PRONAS	609.609	103.103	(289.969)	-	422.743
FUMCAD	356.940	152.805	(139.471)	-	370.274
PROAC	285.505	10.836	(1.979)	-	294.362
CONDECA	247.442	1.116.443	(280.233)	-	1.083.652
PRONAC encerrado aguardando resgate do ministério	11.200	229	-	-	11.429
Emenda Parlamentar	-	3.117	-	-	3.117
SECULT	-	230.635	(230.635)	-	-
	8.456.939	**3.462.378**	**(3.296.115)**	**(1.160.176)**	**7.463.026**

16. Projetos próprios a realizar:	**Saldo em 31/12/2020**	**Repasse**	**Gastos**	**Devolução**	**Saldo em 31/12/2021**
Instituto OMETTO	2.986	41.954	(4.964)	(890)	39.086
Fundação Prada	50.000	50.000	(81.930)	-	18.070
Google	2.316.880	42.810	(725.816)	-	1.633.874
Outros Projetos e parcerias	13.261	214.036	(201.920)	(12.400)	12.977
	2.383.127	**348.800**	**(1.014.630)**	**(13.290)**	**1.704.007**

17. Doações e campanhas: As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços do atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livros não patrocinados.

	2021	**2020 (Reapresentado)**
Campanhas e eventos	6.145.354	5.328.518
Legado	-	16.974.860
Nota fiscal paulista	552.248	628.107
Doações bens **(a)**	535.484	1.113.748
Distribuição Lego Bricks	(455.085)	(20.647)
Donativos em Imobilizado	8.040	1.380
Donativos ao Outlet	67.243	226.948
	6.853.284	**24.252.914**

(a) No exercício de 2021 foi incluída a linha de doação de bens para melhor apresentação da natureza das operações. Desta forma o saldo do exercício de 2020 foi reclassificado da linha de Vendas de serviços (nota 18).

18. Vendas de bens e serviços:	**2021**	**2020 (Reapresentado)**
Impressão, transcrição e vendas **(a)**	329.268	2.586.433
Cursos, palestras e treinamentos	-	6.077
Gravação digital, livro falado	986.295	1.548.301
Publicações	7.588.259	4.488.049
Consultoria, revisão e audio descrição	137.510	273.267
(-) Custos dos serviços e mercadorias	(3.503.472)	(2.611.339)
	5.537.860	**6.290.788**

(a) No exercício de 2021, parte do saldo considerado na linha de Impressão, transcrição e vendas foi reclassificado para o grupo de Doações e Campanhas para melhor apresentação da natureza das operações. **19. Contribuições Sociais - Isenção Usufruída:** Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	2021	**2020**
Cota Patronal Previdenciária	1.790.208	1.683.800
Pis s/ Folpag	70.203	66.031
IRPF	227.402	5.049.344
CSLL	90.505	1.826.404
Cofins	524.925	1.000.269
	2.703.243	**9.625.848**

20. Trabalho Voluntário: Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R1 item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntariado. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R$ 398.478 (R$ 581.700 em 2020). **21. Gratuidades recebidas:** A Fundação reconheceu pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	2021	**2020**
Carta capital	414.024	1.277.778
Lew Lara	149.346	-
Pinheiro Neto	38.286	-
Telecine	32.041	27.767
IBGC	26.550	-
Real Cestas	16.200	-
Dante	8.000	-
Rádio globo cbn	-	115.858
Ig	-	90.200
Radio kiss	-	76.672
Nova brasil	-	64.020
Pwc	-	62.000
R7	-	62.000
Mol	-	30.000
Uol	-	25.900
Terra	-	25.000
Rádio cultura	-	17.340
Afip	-	14.100
Rede msn	-	10.000
Trench rossi	-	6.000
Movida	-	5.498
Seara	-	3.732
Serbom	-	2.388
	684.447	**1.916.253**

22. Assistência Social - Gratuidades concedidas: Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas regulamentada. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos: I - Prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação; II - Quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; III - Demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e IV - Disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. **22.1. Formalização dos Projetos Sociais:** A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo; capacidade de atendimento; recursos financeiros utilizados; recursos humanos envolvidos; abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto. **a) Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais:** Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos, visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2021 realizamos 19.064 mil atendimentos (18.023 em 2020) e 1.060 pessoas foram reabilitadas (710 em 2020); **23. Contrapartida de uso de imóvel:** De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel situado à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 - Vila Clementino - SP. Em 2021 e 2020 não houve solicitação da prefeitura de contrapartida. **24. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período: a. Pessoal encargos e benefícios:**

	2021	**2020**
Salários	5.593.849	5.357.765
Férias	580.632	615.461
Décimo terceiro	401.925	493.090
FGTS	705.071	531.688
Refeição	624.807	445.325
Assistencia médica	683.428	312.438
Outros	103.360	160.715
	8.693.072	**7.916.482**

b. Despesas administrativas:	**2021**	**2020**
Assessoria e serviços	1.129.591	1.352.407
Sistemas	1.076.438	168.558
Promoções e eventos	245.088	35.392
Segurança e limpeza	114.184	118.824
Comunicação e divulgação	331.077	52.888
Conservação e reparos	9.156	91.275
Correio	89	90.493
Despesas com transportes	3.697	42.574
Água, gás e luz	1.587	86.042
Telefone	19.855	20.211
Impostos e Taxas	20.193	-
Outras despesas	11.030	-
	2.961.985	**2.058.664**

25. Resultado Financeiro:	**2021**	**2020**
Rendimentos de aplicação financeira	1.159.547	544.841
Variação monetária	(2.998)	(8.907)
Despesas bancárias	(211.770)	(232.105)
Juros Passivos	(438)	(82)
Outras despesas financeiras	(3.219)	(27.277)
	941.122	**276.470**

26. Imunidade tributária: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais especificas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados. **2.6.1. Característica da Imunidade:** A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9°. do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: A Instituição é regida pela Constituição Federal; A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo. **27. Seguros contratados:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Seguro Predial Apólice 966001569 Bradesco com vencimento 13/01/2022; Seguro Responsabilidade Administradores D&O Apólice 100000051268 com vencimento em 16/05/2022; Seguro Armazém Lego HDI Seguros Apólice 01108423000287 com vencimento em 12/04/2022. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi avaliada e determinada pela Administração da Entidade. **28. Instrumentos financeiros: Risco de crédito** É o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações contábeis foi demonstrado na nota 6. A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de perdas a incorrer com créditos a receber e outros recebíveis. **Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. **Risco de mercado** Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Entidade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

Alexandre Munck - Superintendente CPF 178. 235.238-41

Rogério Gerlah Paganatto-Contador
CRC 1SP 131987/O-3

Relatório do Auditor Independente Sobre às Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros da Fundação Dorina Nowill Para Cegos São Paulo - SP **Opinião** Examinamos as Demonstrações contábeis da Fundação Dorina Nowill Para Cegos ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dorina Nowill Para Cegos em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações contábeis:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos quanto à adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do seu relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22 de abril de 2022.

IRKO Auditores Independentes - CRC nº 2SP020649
Poliana de Oliveira Hespanhol de Andrade
Contador CRC-1SP258022/O-1

Parecer Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Dorina Nowill para Cegos** no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em concordância com o relatório dos auditores independentes emitido pela **Irko Auditores Independentes**, examinaram as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e, com base nas verificações detalhadas nos documentos e relatórios apresentados para exame, concluíram que as Demonstrações Financeiras da Fundação Dorina Nowill para Cegos representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 12 de abril de 2022. **Eduardo de Oliveira -** CPF 790.919.628-87 - **Fernando Augusto Trevisan -** CPF 292.331.408-57 - **Marcelo José Pires Barbosa** - CPF 063.934.218-35.

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 18/05/2022 17:00:16 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/3494

ICP Brasil